

**GRAN**  
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

**Pós-Graduação em  
Direito e Jurisdição  
Aplicada à Magistratura**





# Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino? .....	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica .....	5
Direito e Jurisdição Aplicada à Magistratura.....	6
Destaques do curso.....	6
Público-alvo .....	7
Duração do curso .....	7
Matriz curricular .....	8
Conteúdo programático .....	9
FAQ do curso .....	12
Diferenciais tecnológicos .....	13
Ingresso .....	14

# POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.



# CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD  
compostos por três  
módulos, liberados  
progressivamente a cada  
60 dias.

Avaliação feita por disciplina  
no sistema de provas da Gran  
Faculdade, com sistema de notas  
em valores numéricos, numa escala  
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,  
considerando-se aprovado aquele  
que alcançar a nota mínima de 70  
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,  
com videoaulas, aulas  
interativas ao vivo, *slides* e  
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso  
opcional, conforme Resolução CNE/  
CES n. 01, de 06 de abril de 2018.



# COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



**Profª. Lídia Marangon**  
Coordenadora

Defensora Pública do Distrito Federal. Graduada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub). Pós-graduada em Direito Público, em Direito Processual Civil, em Direito de Família, em Direito Penal e em Direito do Consumidor. Atuou como Consultora Jurídica da TV Justiça com sede no Supremo Tribunal Federal. Foi servidora pública federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, atuando na função de Chefe de Gabinete. Atuou como servidora pública do TJDF e do MPDFT. Atualmente, é professora de Direito Processual Civil do Gran Cursos Online e da Gran Faculdade.

# DIREITO E JURISDIÇÃO APLICADA À MAGISTRATURA



O curso de Pós-graduação Lato Sensu em Direito e Jurisdição Aplicada à Magistratura propõe um modelo pedagógico genuíno, baseado nas melhores ofertas do segmento acadêmico de pós-graduação e visa oferecer a expertise necessária para os casos apresentados no cotidiano do Poder Judiciário.

## DESTAQUES DO CURSO

Melhor compreensão  
do processo  
histórico de  
constitucionalização  
da sociedade;

Desenvolvimento  
das concepções  
de constituições  
que avança até o  
reconhecimento  
da normatividade  
das normas  
constitucionais;

Aptidão para  
aplicar o conteúdo  
de direitos  
fundamentais, da  
teoria e da prática  
da organização do  
Estado, da separação  
dos poderes e  
do controle de  
constitucionalidade  
das leis;

Aprofundamento  
da visão de gestão  
administrativa  
das unidades  
jurisdicionais.



## PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito, advogados, servidores públicos e demais profissionais aspirantes à carreira de Magistratura.

## DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito e Jurisdição Aplicada à Magistratura tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. É ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das *EdTechs*.

# MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Direito Constitucional	60h
02	Direito Constitucional e Teoria do Estado	35h
03	Direito Administrativo	50h
04	Noções de Direito Penal	23h
05	Medidas Cautelares, Prisão Processual e Liberdade Provisória	35h
06	Teoria das Provas e Meios de Obtenção	20h
07	Teoria Geral do Direito Civil e Direito Civil Constitucional	40h
08	Direito Processual Civil	40h
09	Processo Civil e Aspectos Recursais (A Visão dos Tribunais Superiores)	20h
10	Teoria Geral do Direito Ambiental	35h
11	Direito Tributário	35h
12	Sociologia e Filosofia Jurídica	15h
13	Técnicas – Sentença Cível (Justiça Estadual)	20h
14	Técnicas – Sentença Penal	30h
15	Gestão Administrativa das Varas	15h
<b>TOTAL DAS DISCIPLINAS</b>		<b>483 horas</b>
<b>Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)</b>		<b>40 horas</b>
<b>TOTAL DO CURSO</b>		<b>523 horas</b>



# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
<b>DIREITO CONSTITUCIONAL</b>	Teoria da Constituição. Conceito, classificação (tipologia) e elementos. Poder constituinte (espécies e limites). Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Hermenêutica constitucional. Métodos e princípios de interpretação. Regras, princípios e postulados constitucionais. Hierarquia das normas e supremacia da Constituição. História constitucional brasileira. Constituição Federal de 1988. Estrutura. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Organização dos Poderes. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social. Controle de constitucionalidade, de convencionalidade e de legalidade. Jurisprudência do STF e do STJ. Jurisdição constitucional.
<b>DIREITO CONSTITUCIONAL E TEORIA DO ESTADO</b>	Estado: conceito, origem, histórico, teorias e tipologia. Estado Antigo, Estado Feudal, Estado Absolutista, Estado Liberal, Estado Totalitário ou Ditatorial e Estado de Bem-Estar Social. Organicismo e contratualismo. Elementos do Estado. Soberania. Sistemas econômicos do Estado Contemporâneo. Dominação e legitimidade do Estado Contemporâneo. Formas, sistemas e regimes de Governo. Formas de Estado e Federação. Crise do Estado contemporâneo: globalização e neoliberalismo. Direito e jurisdição.
<b>DIREITO ADMINISTRATIVO</b>	Introdução ao direito administrativo. Princípios administrativos. Organização administrativa. Ato administrativo. Poderes administrativos. Agentes públicos. Licitação. Contratos administrativos. Serviços públicos. Improbidade administrativa. Responsabilidade civil do estado. Intervenção do estado na propriedade. Bens públicos. Controle administrativo.
<b>NOÇÕES DE DIREITO PENAL</b>	Aplicação da lei penal. Princípios. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. Pena cumprida no estrangeiro. Eficácia da sentença estrangeira. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena. Interpretação da lei penal. Analogia. Irretroatividade da lei penal. Conflito aparente de normas penais. O fato típico e seus elementos. Crime consumado e tentado. Ilícitude e causas de exclusão. Excesso punível. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.
<b>MEDIDAS CAUTELARES, PRISÃO PROCESSUAL E LIBERDADE PROVISÓRIA</b>	Delineamentos constitucionais e hermenêuticos indissociáveis para compreensão da prisão provisória e soltura. Medidas Cautelares e Prisão processual: Visão panorâmica das prisões no ordenamento processual penal brasileiro e a cautelaridade das prisões processuais. Uso de algemas. Privacidade versus direito à informação. Prisão em flagrante de delito. Prisão temporária. Prisão preventiva. Dever de fundamentação. Execução provisória da pena no Tribunal do Júri. Soltura: Institutos restabelecadores do "status libertatis" no curso das persecuções penais. Do relaxamento da prisão ilegal. A liberdade provisória. Revogação da prisão preventiva. Dever de revisão do decreto preventivo. Prisão domiciliar e habeas corpus coletivo.

<b>TEORIA DAS PROVAS E MEIOS DE OBTENÇÃO</b>	Conceito, sentido e distinções de Prova. Fato, vestígio, indício e prova. Objeto, fontes, elementos, meios e finalidade. Meios de obtenção de prova. Classificação e espécies. Sistema de avaliação e valoração. Princípios informadores. Classificação. Ônus e produção da prova. Procedimentos. Cadeia de custódia. Provas ilícitas. Provas ilegítimas. Provas em espécie.
<b>TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL E DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL</b>	Teoria geral: direito civil constitucional. Paradigmas do direito civil contemporâneo. Pessoa natural. Pessoa jurídica. Bens jurídicos. Teoria do fato jurídico. Prescrição e decadência. Obrigações. Contratos. Direitos reais. Responsabilidade civil. Família e sucessões.
<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b>	Teoria geral do processo. Processo de conhecimento. Processo de execução. Processo cautelar.
<b>PROCESSO CIVIL E ASPECTOS RECURSAIS (A VISÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES)</b>	Recursos. Natureza. Conceitos. Hipóteses de cabimento e detalhes procedimentais de cada modalidade recursal.
<b>TEORIA GERAL DO DIREITO AMBIENTAL</b>	Direito ambiental e direitos humanos. Evolução da legislação ambiental: diagnósticos e perspectivas. Instrumentos de proteção ambiental. Da proteção ao meio ambiente enquanto interesse transindividual. Papel do Estado na proteção dos bens ambientais nas esferas cível, administrativa e penal. Meio ambiente e política de desenvolvimento urbano. Jurisprudência na área ambiental.
<b>DIREITO TRIBUTÁRIO</b>	Sistema tributário nacional. A relação jurídico tributária. Espécies tributárias. Limitações constitucionais ao poder de tributar (princípios e imunidades). Competência tributária. Repartição da receita tributária. Espécies tributárias: taxa, contribuições de melhoria e empréstimo compulsório, impostos em espécies e contribuições sociais. Legislação tributária: fontes do direito tributário – fontes formais e fontes materiais. A vigência da legislação tributária. A aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária: conceito e natureza. Obrigação principal e acessória. Fato gerador: conceito e desdobramentos. Fato gerador da obrigação principal e da obrigação acessória. Sujeito ativo da obrigação principal. Sujeito passivo da obrigação principal. Solidariedade tributária. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Crédito tributário: lançamento. Espécies de lançamento. Decadência e prescrição. Crédito tributário: conceito e desdobramentos. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. A administração tributária: atividades de arrecadação, fiscalização e tributação. Cobrança amigável. Dívida ativa. Cobrança judicial. Certidões negativas.

<b>SOCIOLOGIA E FILOSOFIA JURÍDICA</b>	<p>Conceito de Filosofia. O lugar da Filosofia no âmbito do Direito. A Filosofia do Direito contemporânea: Justiça: perspectivas contemporâneas. A expressão filosófica do direito na contemporaneidade: seus principais temas e as novas correntes. O Direito e os desafios ao seu sentido. As relações entre Direito e Poder: a leitura dos marxistas e dos estruturalistas. Contexto histórico, social e intelectual da Sociologia como ciência. Sociologia e senso comum. Noções dos clássicos da sociologia: o positivismo, o materialismo histórico e a sociologia compreensiva. Relações étnico raciais. Temas especiais de Sociologia contemporânea relativos à realidade brasileira e mundial. O direito como questão sociológico.</p>
<b>TÉCNICAS – SENTENÇA CÍVEL (JUSTIÇA ESTADUAL)</b>	<p>Teoria geral da sentença. Sentença como norma jurídica individualizada. Elementos: relatório, fundamentação e dispositivo. Congruência externa e interna. Classificação quanto ao seu conteúdo. Efeitos: eficácia principal, reflexa e anexa. Publicação, retratação e integração. Aspectos práticos (estrutura e técnicas de redação): questões preliminares e questão meritória.</p>
<b>TÉCNICAS – SENTENÇA PENAL</b>	<p>Conceito, requisitos e pressupostos da sentença. Estrutura da sentença (relatório, fundamentação, parte dispositiva e autenticativa). Espécies de sentenças. A pena no sistema brasileiro. Dosimetria da pena. Individualização da pena. Análise das circunstâncias judiciais. Circunstâncias legais (atenuantes e agravantes). Critérios para dosagem das circunstâncias legais. Causas de diminuição e de aumento de pena. Concurso de circunstâncias legais e de causas de diminuição e de aumento de pena. Fixação da pena de multa. Prescrição. Concurso de crimes. Regimes de cumprimento das penas. Substituição da pena privativa de liberdade. Suspensão condicional da pena. Direito de apelação em liberdade. Indenização mínima. Detração. Providências finais. Efeitos da condenação. Modelos.</p>
<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS VARAS</b>	<p>Introdução à gestão administrativa, conceito e pressupostos da informação, suporte de registros da informação. Marco legal da gestão de documentos no poder judiciário, histórico, legislação (CF/1988, arts. 5º, 22, 37 e 216, Lei n. 8.159/1991, Lei n. 9.605/1998, Lei n. 12.682/2012). Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011). Resoluções CNJ n. 91/2009 (MoReq-Jus) e n. 46/2007. Tabelas processuais unificadas do poder judiciário – classes, assuntos e movimentação processual. Recomendação 37/ CNJ: noções básicas.</p>

# FAQ DO CURSO

## O curso de Pós-Graduação em Direito e Jurisdição Aplicada à Magistratura é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

## O curso de Pós-Graduação em Direito e Jurisdição Aplicada à Magistratura é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

## Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

## O curso de Pós-Graduação em Direito e Jurisdição Aplicada à Magistratura é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

## É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

## O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).



## DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

*Download* de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

*App* compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

*Player* de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



# INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!



Você a poucos



passos de muitos

futuros

[gran.com.br](http://gran.com.br)

